



Em  ociedade

O PARLAMENTO JOVEM DE MINAS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA PUC MINAS: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM

Alexandre Eustáquio Teixeira¹

¹ Mestre e doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas. Membro da equipe de coordenação do projeto Parlamento Jovem de Minas desde 2011. Orcid: 0000-0003-1790-3866. E-mail: aeteixeira@hotmail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar a trajetória do Parlamento Jovem de Minas (PJ Minas), um projeto de extensão que é realizado continuamente desde o ano de 2004, como resultado de uma parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O PJ Minas visa, principalmente, a formação política de jovens de ensino médio de municípios que aderem à iniciativa a cada edição anual. Trata-se de um projeto pioneiro, que não emprega um modelo de simulação, optando por um processo formativo centrado no protagonismo juvenil, no qual os participantes, na qualidade de cidadãos ativos, estudam, debatem e deliberam, coletivamente, propostas de ação legislativa que são formalmente encaminhadas aos poderes legislativos participantes (Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa Estadual). Para a PUC Minas, o projeto é um importante espaço para formação acadêmica, técnica e humanista dos discentes, e para a reflexão e atualização do trabalho docente, que possibilita o diálogo entre a teoria e a prática, assim como a interação dialógica da comunidade acadêmica com outros setores da sociedade, contribuindo para o cumprimento da missão e da função social da Universidade. A trajetória do Parlamento Jovem de Minas será narrada a partir de dados e informações oriundas de pesquisa bibliográfica e documental, e complementadas com entrevistas informais realizadas com alguns personagens que conhecem a história do projeto.

Palavras-chave: Parlamento Jovem de Minas; extensão universitária; ciências sociais; formação política da juventude.

ABSTRACT

The article aims to present the trajectory of the Young Parliament of Minas (PJ Minas), an extension project that has existed since 2004, as the result of a partnership between the Legislative Assembly of the State of Minas Gerais (ALMG) and the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas). The PJ Minas main aim is the political engagement of high school students from counties that adhere to the initiative at each annual edition. This is a pioneering project, which does not use a simulation model. Instead it opts for a training process centered on students protagonism, in which the participants, as active citizens, collectively study, debate and deliberate on proposals for legislative actions that are formally forwarded to the participating legislative powers (Municipal Councils and State Legislative Assembly). For PUC Minas, the project is an important space for academic, technical, and humanistic training of the students, and for reflecting upon and updating teaching skills, which enables to join theory and practice, as well as dialogic interaction of the academic community with other sectors of society, contributing to the fulfillment of the University's mission and its social function. The outputs of the Young Parliament of Minas will be directed by data and bibliographical research, as well as the research of documents, complemented with informal interviews conducted with key figures who have been involved throughout the history of the project.

Key words: Youth Parliament of Minas; university extension; social sciences; youth political training.



1 INTRODUÇÃO

A extensão, o ensino e a pesquisa constituem a tríade acadêmica que, de forma indissociável, caracterizam o papel das universidades perante a sociedade brasileira. Tal articulação está descrita no artigo 207 da Constituição Federal, e representou uma vitória para os movimentos sociais da educação que atuaram na Constituinte em defesa da liberdade acadêmica, da autogestão, do compromisso com a qualidade e o desenvolvimento social. Diz o referido artigo: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

Cabe à extensão, de forma mais explícita e direta, o desenvolvimento de ações que propiciem a transformação positiva da realidade social, através do estabelecimento de relações dialógicas, extramuros, que proporcionem a interação entre os conhecimentos produzidos e conservados pela universidade (artísticos, culturais, técnicos e científicos) e os produzidos por outros setores da sociedade, buscando a promoção da autonomia, do fortalecimento da cidadania, do empoderamento e do protagonismo de sujeitos e grupos sociais, sobretudo dos mais vulneráveis, excluídos e marginalizados.

Na PUC Minas, instituição de ensino superior de natureza comunitária e confessional católica, a extensão universitária está inteiramente alinhada à sua missão, valores e princípios, contribuindo para a formação integral dos discentes e para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, cidadã, sustentável, inclusiva e democrática. Assim, a extensão se constitui, por definição e prática, como um dos espaços nos quais se constrói e se expressa a responsabilidade social da universidade.

O curso de Ciências Sociais desenvolve, desde 2004, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), o Parlamento Jovem de Minas, que é caracterizado como programa pelo parlamento mineiro, enquanto para a universidade é definido como projeto de extensão. Na PUC Minas, essa iniciativa tem se desdobrado em duas parcerias e, portanto, dois projetos distintos. O mais antigo, denominado Parlamento Jovem de Minas (Parceria Estadual), remonta às origens do projeto em 2004, e se traduz em atividades de apoio à Escola do Legislativo da ALMG na coordenação geral das atividades, que são conduzidas localmente pelos municípios parceiros da iniciativa. Já o Parlamento Jovem de Minas em Belo Horizonte vem sendo



realizado por meio de parceria específica com a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), formalizada em 2010, e implica, entre outras atividades, o desenvolvimento de oficinas de formação para estudantes que participam do Parlamento Jovem de Minas Gerais (PJ Minas) na capital.

O Parlamento Jovem de Minas é uma iniciativa voltada para a formação política de jovens secundaristas mineiros, que tem se destacado nacionalmente pela sua dimensão – número de municípios, escolas e estudantes atendidos em cada edição, e pela sua metodologia de trabalho, que implica uma ação em rede e o emprego de metodologias ativas e vivências reais, ao invés de atividades de simulação. Os dois projetos de extensão, que se vinculam ao PJ Minas, se somam a outras ações de extensão já desenvolvidas, ou ainda em execução pelo curso de Ciências Sociais, seja como proponente, seja como integrante, parceiro ou apoiador, tais como: Jogos em Sociologia (projeto), Lições da Terra (projeto), Instituto da Criança e Adolescente (núcleo de extensão, com diversas iniciativas).

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve trajetória dessa iniciativa, da primeira à décima oitava edição, entre 2004 e 2022², destacando, sob a ótica da extensão universitária, as contribuições acadêmicas para a sua realização e os benefícios e desafios enfrentados. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, destacando-se a leitura de informativos (ALMG Informa), documentos de referência (termos de parceria, documentos para grupos de trabalho, documentos de propostas aprovadas em plenárias) e notas taquigráficas das reuniões oficiais do projeto. Os documentos, em sua maioria, são de acesso público, e estavam disponíveis na página oficial do PJ Minas e no site da biblioteca digital da ALMG, ambas mantidas pelo parlamento mineiro.³

² Apesar de o PJ Minas completar, em 2022, 19 anos, oficialmente contam-se 18 edições. O descompasso ocorreu pela necessidade de realizar a edição de nº 17 de forma bianual (2020-2021), em decorrência dos impactos da síndrome de Covid-19.

³ A página oficial do projeto pode ser acessada em: https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/ e a biblioteca digital da ALMG em: <https://dspace.almg.gov.br/>. Quando necessário, se buscou complementação, ou melhor compreensão de algumas informações, por meio de consultas pontuais e conversas informais com servidores da ALMG que têm ou tiveram relação com o projeto.



2 BREVE HISTÓRICO

A primeira edição do Parlamento Jovem de Minas, então denominado apenas como Parlamento Jovem, ocorreu em 2004. O projeto nasceu de uma iniciativa de docentes do curso de Ciências Sociais, então localizado na unidade São Gabriel da PUC Minas, que procuraram, no ano anterior, a Escola do Legislativo (ELE) e a recém-criada Comissão de Participação Popular (CPP) para propor a iniciativa⁴. A iniciativa se alinhou ao desejo da ALMG de aproximar o parlamento da população mineira por meio de iniciativas que se somassem às ações já em curso, desde a década de 1990, tais como programas de visitas orientadas, atividades de formação para jovens aprendizes, chamados Oficina Jovem, projetos Cidadão Mirim e Educação para Cidadania (existentes desde 1995), e de um programa de formação para jovens universitários, criado em 2003, denominado Conexão Assembleia (CASTRO, DUARTE, KELLES, 2012). Cabe ressaltar que, desde a primeira edição, o projeto tem contado com apoio expresso e continuado do Departamento de Ciências Sociais e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade, inclusive por meio de recursos para o fomento de horas docentes, bolsas de extensão e outros gastos decorrentes do projeto.

Quando o projeto foi idealizado pela PUC Minas e pela ALMG para ser implementado no estado, já havia algumas experiências sendo realizadas pelo país por diferentes instituições desde, pelo menos, o ano de 1999.⁵

⁴ Esse protagonismo está registrado no discurso do então presidente da Comissão de Participação Popular, deputado André Quintão, durante a sessão legislativa de 17 de setembro de 2004, que encerrou as atividades da primeira edição do PJ naquele ano: *“Fazendo justiça ao Prof. Eustáquio Afonso Araújo (...), digo que essa iniciativa partiu do curso de Ciências Sociais, da unidade São Gabriel da PUC. Vejo aqui vários professores e professoras: o Sr. José Márcio, a Beth, a Cristina, a Regina, a Dôra, que procuraram a Assembleia, a Comissão, a Escola do Legislativo.”* (MINAS GERAIS, 2004, p.8).

⁵ Conforme levantamento exaustivo feito por Rildo Cosson (2008), antes da realização do PJ Minas em 2004, já haviam ocorrido os seguintes programas/projetos pelo país: “Deputado por um dia” (1999 – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul); “Parlamento Jovem SP (1999 – Assembleia Legislativa de São Paulo); “Parlamento Jovem Leme (2001 – Câmara Municipal de Leme – SP); “Parlamento Jovem de São Paulo” – SP (2001 – Câmara Municipal de São Paulo – SP); “Parlamento Mirim da Cidadania” (2001 – Prefeitura de Caxias do Sul - RS); “Deputado por um dia” (2002 – Assembleia Legislativa do Acre); “Parlamento Jovem RN” (2002 – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte); “Parlamento Jovem Bebedouro – SP (2002 – Câmara Municipal de Bebedouro – SP); “Parlamento Jovem Brasileiro” (2003 - Câmara dos Deputados); “Parlamento Mirim Sinop” (Câmara Municipal de Sinop – MT); “Parlamento Mirim Valença (2003 – Câmara Municipal de Valença – RJ); 2003 - “Parlamento Jovem de Araraquara” (2003 – Câmara Municipal de Araraquara – SP); “Parlamento Jovem de Campinas” (2003 – Câmara Municipal de Campinas – SP); “Câmara Mirim de Assis (2003 – Câmara de Vereadores de Assis – SP).



A primeira edição do PJ foi organizada para, ao final dos trabalhos, simular uma audiência pública da Comissão de Participação Popular, na qual 80 estudantes de ensino médio de escolas de Belo Horizonte e 17 estudantes do curso de Ciências Sociais da PUC Minas representaram papéis de organizações da sociedade civil, assessores parlamentares e deputados (CASTRO, DUARTE, KELLES, 2012). Além deles, professores da PUC Minas, técnicos da ALMG, e cerca de 200 jovens e professores das escolas parceiras acompanharam os trabalhos.⁶ Ao final, foram aprovadas dez propostas (cinco sobre o tema Segurança social: droga e juventude, e outras cinco sobre o tema Cota para as universidades) e uma moção de agradecimento e de pedido de manutenção do projeto, com periodicidade anual.⁷

Avaliada de forma positiva, a metodologia do trabalho foi alterada para potencializar, a partir da segunda edição, a formação política e cidadã dos jovens participantes. Ao invés de os trabalhos culminarem em uma simulação de uma audiência pública, foi proposta a realização de uma atividade real, no formato próximo ao de um Seminário Legislativo, no qual os jovens, como cidadãos, elaborariam, debateriam e aprovariam propostas legislativas que seriam formalmente apresentadas para a apreciação da Comissão de Participação da ALMG. Essa inovação passou a ser um dos grandes diferenciais do PJ Minas em relação a outros projetos de formação política que ainda preservam o caráter de simulação, nos quais os jovens participantes são chamados de vereadores mirins e deputados jovens. Rildo Cosson apontou, em 2009, que o projeto mineiro se constituía como uma espécie de contra-modelo de projeto de mesmo nome desenvolvido pela Assembleia Legislativa Paulista, que adotava modelo de simulação que era amplamente copiado e reproduzido por diferentes casas legislativas brasileiras (COSSON, 2009).⁸

⁶ Assembleia Informa, ano 13, nº 2.521, de 20 de set. de 2004. (MINAS GERAIS, 2004).

⁷ Documento Final de Proposições do Parlamento Jovem 2004. (MINAS GERAIS, 2004a).

⁸ Não há um estudo comparativo, amplo e atualizado, sobre os diferentes projetos de formação política de jovens conduzidos por casas legislativas no país que permita afirmar que o PJ Minas continue sendo o único que opera por uma metodologia de não simulação, intensamente participativa. Em um estudo comparativo pontual recente, produzido para ser apresentado no Seminário de Extensão da PUC Minas em 2022, pôde-se constatar que alguns projetos que destacam o protagonismo dos participantes, como o Parlamento Juvenil, realizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), apresentam uma metodologia que opera pela lógica da simulação, apesar de o material de divulgação indicar o contrário. No caso carioca, a confusão se dá pelo fato dos projetos de lei elaborados e aprovados pelos jovens poderem ser “apadrinhados” por deputados estaduais. Se não forem apadrinhados, não são apreciados formalmente pelo parlamento carioca. O apadrinhamento fortalece o caráter de simulação e esvazia o potencial de participação direta que o projeto carioca poderia, de fato, desenvolver.



O Seminário Legislativo é um instituto criado pelo parlamento mineiro para melhorar e ampliar os fluxos comunicacionais entre o cidadão e o poder legislativo, potencializando que este possa atuar em maior consonância com os anseios de diferentes parcelas da população e para que ela possa influir e acompanhar mais diretamente o trabalho e atuação dos representantes eleitos. (COSTA, 2005; GARCIA, 2008; PRATA, 2009). Na prática, o Seminário Legislativo é um evento de grande porte, que “tem por objetivo, por meio de discussões entre as diversas correntes de opiniões existentes na sociedade, a reflexão de grandes temas de interesse da população [...] [e] a geração de um documento [...] de subsídio à atividade parlamentar.” (PRATA, 2009, p. 43).

A metodologia de trabalho com os jovens também foi aprimorada ao longo do tempo para priorizar o emprego de metodologias ativas, sobretudo por meio de oficinas temáticas, mas não apenas, nas quais se buscam, por meio de dinâmicas formativas que mesclam estudos, práticas investigativas, debates e produções coletivas, estimular a produção de conhecimentos, competências e habilidades, pelos jovens participantes, aspectos vinculados aos grandes eixos do projeto: política, cidadania, democracia, participação e o tema específico de cada edição. (TEIXEIRA; FERREIRA, 2020).

O formato adotado a partir de 2005 permaneceu praticamente inalterado até 2009, quando sofreu aprimoramentos pontuais em diversos processos, após a condução de discussões e atividades entre diversos setores da ALMG e o curso de Ciências Sociais da PUC Minas para expandir o projeto e permitir a participação de estudantes provenientes de outros municípios do estado.⁹

A chamada estadualização do PJ Minas não representou, a princípio, uma ampliação no número de vagas no Seminário Legislativo realizado no plenário da ALMG, mas possibilitou um maior número de participantes em atividades de formação realizadas antes do Seminário final, por meio de uma alteração de metodologia do projeto. Houve a criação de uma “etapa municipal”, de responsabilidade de Câmaras Municipais, que, a

⁹ Em 2006, também por sugestão da PUC Minas, além do PJ ocorrido em Belo Horizonte, foi realizado um PJ nos municípios de Arcos e Pains, na região centro-oeste do estado. Com um *campus* da PUC Minas em Arcos, foi instituída uma coordenação local, que foi desempenhada por um docente do departamento de Ciências Sociais, prof. Marcos Roberto. Apesar de temporalidades e temáticas distintas – em BH o projeto foi realizado no primeiro semestre, com o tema Ética na vida pública e cidadania, e em Arcos e Pains foi realizado no segundo semestre, com o tema Educação e trabalho, buscou-se empregar a mesma metodologia e princípios em ambos. Olhando-se em retrospectiva, pode-se afirmar que se tratou de uma experiência embrionária do que veio a se tornar o projeto, com a sua estadualização em 2010.



partir de então, se tornaram parceiras do projeto. Essa nova etapa passou a abrigar as atividades de formação, debate, elaboração e deliberação de propostas em nível local, com número de participantes definido por cada município participante, a partir de princípios, metodologias e orientações elaboradas por uma coordenação geral, que foi nomeada como coordenação estadual, encabeçada pela ALMG e pela PUC Minas. Seguida à etapa municipal, foi estruturada uma “etapa estadual”, mantendo-se o formato de Seminário Legislativo, para a qual seguiriam um menor número de propostas aprovadas nas etapas municipais, que seriam objeto de novos debates e deliberações, sendo as melhores priorizadas para compor o Documento Final a ser entregue formalmente para a Comissão de Participação Popular da ALMG. Para a etapa estadual, os jovens de cada município deveriam escolher representantes municipais, já que o número de vagas era fixado em 120 participantes, quantitativo muito inferior às participações que o novo desenho possibilitou.¹⁰

Com a estadualização, buscou-se consolidar um trabalho em rede tanto do ponto de vista da gestão quanto do ponto de vista da formação dos jovens. Essa rede foi instituída com coordenadores municipais do projeto (escolhidos pelas Câmaras Parceiras), servidores da Escola do Legislativo e docentes do curso e do departamento de Ciências Sociais da PUC Minas. O trabalho em rede tem buscado potencializar o desenvolvimento do projeto, trabalhando com uma perspectiva de descentralização e corresponsabilização pelas iniciativas e decisões que são tomadas coletivamente, a partir de princípios e normativas mais gerais que preservem a identidade e as qualidades do PJ Minas.¹¹

A estadualização possibilitou uma ampliação significativa do número de municípios e jovens participantes entre 2010 e 2013, mas encontrou rapidamente seu limite quando atingiu uma proporção muito pequena de jovens de cada município na etapa estadual, associada à demanda crescente de novos municípios e o desejo dos veteranos de

¹⁰ O número de participantes no Seminário Legislativo, mesmo antes da estadualização do projeto, é limitado por um conjunto de variáveis que impede a sua expansão significativa, pelo menos nos moldes até então adotados pelo projeto: capacidade do espaço físico do Plenário da ALMG; recursos financeiros do parlamento mineiro para arcar com a estadia, o transporte, a alimentação e estrutura local para todos os participantes (estudantes e acompanhantes-responsáveis) durante os três dias de atividades da Etapa Estadual; tempo necessário para uma boa dinâmica participativa, sem prejuízos para os pedidos de destaque, defesa, contraditório em todas as atividades dos Grupos de Trabalho e na Plenária Final, no formato de Seminário Legislativo.

¹¹ Sobre a dinâmica desse trabalho em rede, iniciada com a estadualização do projeto, suas características e desafios, consultar: Castro; Freitas (2017) e Teixeira; Junqueira (2017).



permanecerem no projeto. Dessa forma, no decorrer das atividades da edição de 2013 foram conduzidas novas discussões envolvendo a rede do projeto, que culminaram com a criação de uma terceira nova etapa, intermediária entre a municipal e a estadual, denominada “etapa regional”. A ideia de acrescentar essa etapa era transferir parte das atividades de acolhimento e de orientações para as coordenações regionais, que passariam a fazer as vezes da coordenação estadual, assim como viabilizar a realização de plenárias regionais. Dessa forma seria possível congregiar propostas e estudantes dos municípios vinculados àquela região, aplacando, em parte, os anseios por participar de fóruns de discussão e deliberação mais ampliados que o municipal, e que poderiam representar uma experiência assemelhada à promovida pelo Seminário Legislativo realizado na etapa estadual.

Desde 2014, o Parlamento Jovem de Minas tem sido realizado em três etapas (municipal, regional e estadual) e com uma metodologia de trabalho em redes, com desenvolvimento de atividades formativas com experiência de participação reais – não simulação. Os dados do quadro 01 apresentam alguns dados compilados que expressam o crescimento do PJ Minas, da sua criação até o ano de 2022. Cabe ressaltar que, entre os anos de 2020 e 2021, por causa da gravidade e intensidade da crise sanitária imposta pela pandemia de Covid-19, houve uma redução expressiva no número de jovens participantes. Nesse período, decidiu-se, coletivamente, pela realização de uma edição bianual, com o desenvolvimento de um número mínimo de atividades de formação e socialização de forma remota, consideradas necessárias para não se desconstruir os laços e as redes locais já constituídas. Apesar das limitações observadas nessa edição, considera-se o seu saldo final positivo em face da paralisação completa das atividades observada em outros projetos, tais como o Parlamento Juvenil (realizado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), Parlamento Jovem Paulista (realizado pela Assembleia Legislativa de São Paulo) e o Parlamento Jovem Brasileiro (realizado pela Câmara dos Deputados Federal).

**Quadro 1 - Dados gerais do Parlamento Jovem de Minas de 2004 a 2022**

Ano	Tema	Nº de municípios	Nº de jovens ⁶	Nº de escolas	Proposições enviadas à CPP
2004 ¹	-Cotas para Minorias -Ações Preventivas contra o Uso de Drogas	01	80	06	05
2005	Redução da Maioridade Penal	01	164	09	66
2006 ²	-Ética na Vida Pública e Cidadania (BH) -Educação e Trabalho (Arcos e Pains)	03	199	12	39
2007	Educação: Inclusão e Qualidade	01	113	07	27
2008	O Jovem e a Violência: Provocador ou Vítima?	01	118	07	15
2009	Transporte Urbano	01	113	06	20
2010 ³	Resíduos Sólidos e Meio Ambiente	12	815	50	30
2011	Drogas: Como Prevenir?	16	1.141	71	09
2012	Educação Cidadã	17	880	76	13
2013	Cidades Sustentáveis: Desafios para a novas gerações	18	943	77	18
2014 ³	Envelhecimento e Qualidade de vida	27	1.359	112	15
2015	Segurança Pública e Direitos Humanos	38	1.494	156	18
2016	Mobilidade Urbana	43	1.348	171	12
2017	Educação Política nas Escolas	63	1.910	248	17
2018	Violência Contra Mulher	81	2.651	315	12
2019	Discriminação étnico-racial	94	4.073	353	16
2020-2021 ⁴	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	102	615	136	11
2022 ⁵	Saúde Mental	110	2.906	243	-

Observações:

1 - Primeira edição do projeto realizada no formato de simulação de Audiência Pública da Comissão de Participação Popular (CPP/ALMG), por isso houve dois temas.

2 - Nesse ano, além do PJ Minas em Belo Horizonte no primeiro semestre, foi realizada uma edição nos municípios de Arcos e Pains no segundo semestre. Por isso houve dois temas, três municípios e quantitativos mais elevados de estudantes e escolas do que no ano anterior.

3 - Início da estadualização, com a criação da etapa municipal que possibilitou a participação de estudantes de outros municípios do estado, marcando o início da expansão do projeto para o interior. A edição do ano seguinte buscou reduzir o número de propostas encaminhadas para a Comissão de Participação Popular (CPP/ALMG), no intuito de priorizar a qualidade ao invés da quantidade de proposições.

4 - Início da regionalização, com a criação de etapa regional, entre a municipal e a estadual, marcando nova expansão das atividades.

5 - Dados parciais. A edição ainda estava em curso quando este texto foi finalizado.

6 - Muitos municípios permitem que um mesmo jovem continue participante do projeto por até duas edições, seguidas ou não, desde que permaneça vinculado ao ensino médio. Apesar de não haver um levantamento exato sobre o número de jovens participantes, estima-se que cerca de 30% dos jovens participaram de duas edições. Dessa forma, das 20.922 participações registradas desde 2004, é certo considerar que já passaram pelo projeto pouco mais de 14 mil jovens.

Fonte: Quadro adaptado pelo autor a partir dos seguintes documentos: Histórico do PJ Minas 2004-2021 e Dados Municipais de 2022, ambos publicados na plataforma de gestão do projeto, com acesso restrito a coordenadores e parceiros.



Em relação aos seus resultados para os beneficiários diretos (jovens estudantes do ensino médio), parceiros institucionais (Câmaras Municipais) e ALMG, o projeto tem sido considerado, em linhas gerais, bem-sucedido. Para a Escola do Legislativo, setor da ALMG diretamente responsável pela coordenação das atividades, o projeto mostra-se capaz de cumprir com seus principais objetivos, que são: fortalecer a presença do poder legislativo perante a população, potencializar a cidadania ativa, contribuir para a construção de novas compreensões sobre o papel do poder legislativo, cidadania, e democracia participativa e representativa. Também contribui para estreitar laços entre o parlamento estadual e as casas legislativas municipais, disseminar a implementação de escolas do legislativo e de práticas de educação para a democracia e a cidadania que alcancem a população em geral, e não apenas os servidores e políticos dessas casas. Os benefícios para os legislativos municipais também são diversos. A maior proximidade com a ALMG e a possibilidade de desenvolver localmente um projeto que tem uma metodologia inovadora já testada e reconhecida, são motivos que levam, sobretudo os municípios menores, a integrarem o projeto, a despeito das limitações e dificuldades locais.¹²

Para os estudantes de ensino médio que participam do projeto, e já foram mais de 14 mil desde a primeira edição, o PJ Minas tem representado a possibilidade de experimentar outras formas de estudo, aprendizagem e interação, fora do horário regular das atividades escolares, por meio de dinâmicas e oficinas mais práticas, visitas técnicas, trabalhos de campo, atividades culturais e de socialização com jovens não apenas do seu município, mas de outras regiões do estado. Para muitos, representa a possibilidade de buscar formas de se destacar e ser reconhecido, de conhecer novas ideias, lugares e pessoas, tecer outras redes e ressignificar seus projetos de vida. Do ponto de vista mais objetivo, alguns estudos têm apontado que o projeto contribui para se ressignificar a visão

¹² É claro que também pode haver benefícios e ganhos individuais, de natureza profissional ou política para os atores envolvidos na realização ou apoio ao PJ Minas. O projeto tem buscado, dentro da delicadeza e complexidade que envolve as relações interinstitucionais, sobretudo entre os legislativos e deles para com seus parceiros, garantir que os benefícios sociais e coletivos sejam superiores aos pessoais/privados ou que, pelo menos, eles não venham a prejudicar os princípios, os objetivos e a reputação positiva que o projeto conquistou ao longo dos seus quase 20 anos.



dos jovens sobre a política, sobre a importância da sua participação como cidadãos e, em muitos casos, requalificar até a visão sobre o poder/casas legislativas.¹³

2.1 O Parlamento Jovem de Minas como experiência extensionista

Desde a sua primeira edição, o Parlamento Jovem de Minas tem sido realizado pela PUC Minas como uma atividade de extensão, na modalidade de projeto, que é definido como um “conjunto de ações processuais contínuas, integrado a atividades de ensino e pesquisa, de caráter educativo, social, cultural, artístico ou tecnológico, que apresente objetivos bem definidos e público-alvo e prazo determinados.” (PUC Minas, 2022)¹⁴.

Os projetos de extensão, tal como as demais modalidades de ações de extensão desenvolvidas pela Universidade, seguem um conjunto de diretrizes e objetivos descritos em normativas institucionais específicas, que visam, entre outras perspectivas, contribuir para a formação acadêmica e profissional dos discentes, garantir a interação dialógica entre a Universidade e outros setores da sociedade e contribuir para o processo de inclusão e para a efetividade da democracia, da cidadania, da equidade, da sustentabilidade e dos direitos humanos (PUC Minas, 2006; PUC Minas 2022).

O Parlamento Jovem de Minas tem se constituído, desde o seu início, como espaço de reflexão e de ação sobre contextos socioculturais e sociopolíticos locais e regionais e os desafios que apresentam para a efetivação de uma nova cultura política e da cidadania ativa, entendida como processo participativo popular de construção, ampliação e consolidação de direitos civis, políticos e sociais (BENEVIDES, 1992; 2016). Nesse sentido, tem se conformado como *locus* privilegiado de observação e trabalho real de transformação dialógica dos participantes, no entrecruzamento de diferentes saberes,

¹³ Alguns dos levantamentos consultados apontam os limites metodológicos utilizados para se identificar a eficiência do projeto para a promoção de mudanças de atitudes e comportamentos dos jovens em relação à política. É o caso do trabalho de Fuks e Casalecchi (2011), Casalecchi (2012) e Siqueira (2014). Por outro lado, estudos de natureza mais qualitativa, como o conduzido por Medeiros e Marques (2012), a partir de amplo material de pesquisa (entrevistas em grupo, entrevistas individuais, análise de documentos e netnografia), apontam que os impactos são demonstráveis, sobretudo em relação às compreensões e atitudes dos jovens em relação à política e às instituições políticas, alcançando menos o papel e os atores políticos em si. Tal leitura é próxima à que temos observado empiricamente na condução das atividades do projeto, de forma próxima aos participantes e parceiros envolvidos nos últimos anos.

¹⁴ Tal definição consta na versão atualizada do Regulamento da Proex, em vigor desde agosto de 2022, que atualizou a definição presente na versão da primeira edição do Regulamento da Proex, de 2015, e a presente na Política de Extensão Universitária, de 2006.



conhecimentos, condições de vida, valores, visões de mundo, representações e hábitos culturais dos variados sujeitos, grupos e instituições que integram o projeto.¹⁵

No trabalho desenvolvido pelo Parlamento Jovem de Minas em Belo Horizonte, cujo parceiro direito é a Câmara Municipal de Belo Horizonte, os estudantes de graduação das Ciências Sociais e de outros cursos participantes, sob a supervisão docente, têm, entre outras atribuições, planejar, conduzir e avaliar atividades de formação política e temática com os estudantes secundaristas participantes do projeto na capital mineira. Para isso, além de lidarem com o desafio de transformar conhecimentos teóricos em atividades formativas interessantes e acessíveis para grupos de estudantes de diferentes estratos sociais, a equipe do projeto tem que estabelecer diálogo, construir estratégias e buscar soluções frente às expectativas e demandas apresentadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte¹⁶. Já no Parlamento Jovem de Minas (Parceria Estadual), cujo parceiro institucional direto é a Escola do Legislativo da ALMG, o trabalho dos discentes das Ciências Sociais e de outros cursos, sob a supervisão docente, tem sido, desde o ano de 2019, contribuir com a Coordenação Estadual do Projeto para a elaboração ou revisão de estratégias de gestão e formação da rede constituída pelas Câmaras Municipais participantes de cada edição. Nesse caso, as atividades incluem, entre outras atividades, a elaboração de textos de referência, materiais educativos, cursos de qualificação, realização de levantamentos e pesquisas sobre os participantes do projeto (jovens e coordenadores), participação em visitas técnicas aos polos regionais (presenciais ou remotas) e contribuir para os processos avaliativos de cada edição.

Trabalhar para o aprimoramento permanente da metodologia e buscar criar formas de ensino e aprendizagem participativas que levem em consideração saberes e conhecimentos prévios dos participantes, na sua diversidade, é buscar superar um modelo

¹⁵ Em levantamentos realizados sobre os perfis socioeconômicos dos participantes do projeto que chegaram às etapas regionais no ano de 2017 (TEIXEIRA, 2018), e depois replicada em 2018, foi possível observar que a sua maioria (cerca de 70%) era composta por jovens pertencentes a famílias com renda média mensal de 1 a 3 salários-mínimos, que se identificavam como negros ou pretos (quase 60%) e quase a sua totalidade eram oriundos de escolas públicas (cerca de 90%). Também se observou a variação quanto à origem e moradia, pois eram oriundos de municípios dos mais variados portes (o menor com 4,5 mil habitantes e o maior com 2,7 milhões de habitantes), sendo que alguns viviam em distritos ou mesmo em zonas rurais. Essa variabilidade evidencia a complexidade do trabalho com diferentes grupos juvenis, ao mesmo tempo que são atravessados por dinâmicas culturais e identitárias transversais e globais (MEDEIROS, 2012).

¹⁶ As atribuições da PUC Minas em relação ao desenvolvimento das atividades do PJ Minas junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte estão definidas em instrumentos de parceria específicos, firmados em 2003 e 2010, respectivamente, e que vem sendo renovados, de forma ininterrupta desde então.



de educação política conteudista, que opera na lógica da educação sobre a cidadania, para alcançar outro que se oriente pela aprendizagem ativa, na lógica da educação para a cidadania, no qual se aprende enquanto se experimenta práticas de cidadãs. Esse modelo está alinhado com importantes dimensões da extensão, justificando a continuidade das parcerias firmadas pela Universidade.

A participação de discentes dos cursos de Ciências Sociais e de outros cursos, ao longo das edições do PJ Minas, tem variado. Até os primeiros anos da estadualização do projeto, pôde-se observar que os professores e os estudantes universitários tiveram uma presença mais intensa nas atividades desenvolvidas pelo PJ Minas, que foi sendo gradativamente reduzida como consequência da aprendizagem e internalização dos trabalhos pelas equipes das instituições parceiras (ALMG e Câmaras Municipais). Esse movimento, que coincide com o avanço da interiorização e a expansão do número de escolas, municípios e estudantes secundaristas participantes, não é avaliado negativamente, pois cumpre um dos objetivos da extensão universitária que é buscar o desenvolvimento dos conhecimentos e da autonomia dos sujeitos e instituições com os quais trabalha, ao mesmo tempo que viabilizou a permanência da universidade em atividades nas quais sua expertise e competência ainda é necessária, em um cenário em que a expansão do número de universitários e docentes seria academicamente insustentável.

Entretanto, há pelo menos dois novos desafios que deverão ser enfrentados a curto prazo. O primeiro diz respeito à necessidade de se buscar meios para se viabilizar uma nova pesquisa que produza compreensões atualizadas sobre os impactos que as metodologias e processos adotados pelo projeto nos últimos anos, somados às próprias transformações de contexto socioculturais e sociopolíticos mais amplos, tem produzido nos diferentes públicos do projeto (estudantes secundaristas, parceiros institucionais, estudantes e professores extensionistas). Os trabalhos de avaliação sobre efeitos e impactos do projeto, de natureza qualitativa e quantitativa, foram publicados principalmente entre 2009 e 2014, destacando-se os produzidos por Carvalho (2009), Fuks e Casalecchi (2011), Casalecchi (2012), Gonçalves (2012), Medeiros e Marques (2012), Siqueira (2014). São trabalhos relevantes, mas que referenciam dados e informações de quando o projeto era realizado apenas em Belo Horizonte, ou nos



primórdios da sua estadualização e interiorização. Daí a necessidade de novas pesquisas e estudos.

O segundo desafio se refere ao avanço nas tratativas internas dos setores implicados com o PJ Minas na Universidade, para se estudar e avaliar a vinculação de atividades do projeto nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, sobretudo na licenciatura e no bacharelado em Ciências Sociais. A chamada curricularização da extensão é processo que foi normatizado em 18 de dezembro de 2018, a partir da homologação da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que definiu as diretrizes para a extensão no ensino superior brasileiro e regulamentou a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024). Tal resolução tornou obrigatória a incorporação de 10% da carga horária dos cursos de graduação de todas as instituições de educação superior do país, estabelecendo o prazo de três anos para a sua implantação. (BRASIL, 2018). Esse prazo foi posteriormente ampliado em mais um ano, dado o contexto da crise sanitária da Covid-19¹⁷. Buscar formas de fortalecer a integração de atividades do PJ Minas no curso de Ciências Sociais, através de atividades complementares de graduação (ACG), disciplinas de estágio ou de disciplinas extensionistas, por exemplo, poderá ampliar a integração com atividades de ensino e pesquisa do curso, além de ampliar, potencialmente, a elaboração e oferta de materiais formativos que possam orientar processos de gestão e o trabalho desenvolvido com os jovens participantes pelos coordenadores municipais e regionais do projeto. Dessa forma, o projeto poderia abrigar outros estudantes, além dos que têm atuado regularmente como extensionistas bolsistas e não beneficiários de bolsa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Parlamento Jovem de Minas está permeada pelas incontáveis horas de reflexão, debate, revisão, escrita, proposição e atuação despendidos ao longo da sua trajetória, por professores e discentes do curso e do departamento de Ciências Sociais da PUC Minas, em conjunto com importantes atores da ALMG. O pioneirismo e as inovações metodológicas do projeto, desde a revisão de formato empreendida para a

¹⁷ Despachos do Ministério da Educação, de 24 de dezembro de 2020, publicados no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020).



edição de 2005, quando deixou de adotar o modelo de simulação, passando pelo emprego de metodologias ativas de ensino e aprendizagem e pela estadualização em 2010, que demandou a criação de uma rede interinstitucional de gestão e formação política, estão carregados dos valores, princípios, concepções, perspectivas e objetivos que nortearam a criação do curso de Ciências Sociais na Universidade em 2003. A perspectiva extensionista da PUC Minas também se faz presente, ao longo dessa trajetória, na maneira como o trabalho foi concebido e realizado, sempre de forma participativa, buscando integrar, da melhor forma possível, ações de ensino e de pesquisa, visando a ação transformadora da realidade.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1992.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania ativa e democracia no Brasil.

Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 21-31, jan./jun. 2016.

Disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22728_arquivo.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União**, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Despachos de 24 de dezembro de 2020. **Diário Oficial da União**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despachos-de-24-de-dezembro-de-2020-296412614>. Acesso em: 30 out. 2022.

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: O Desenvolvimento da Cultura Cívica, propícia à Democracia**. Monografia (Especialização em Processo Legislativo). Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR, Brasília, 2009.

CASALECCHI, Gabriel A. **Cultura e socialização política: a experiência do Parlamento jovem mineiro**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade



Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, 2012.

CASTRO, Ruth Schmitz de; DUARTE, Patrícia de Souza; KELLES, Eugênia Ferreira. A quem cabe a formação política dos cidadãos? In: MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (Orgs). **Educação política de jovens: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

CASTRO, Ruth Schmitz de; FREITAS, Fernanda Machado. **Educação em Rede: o exemplo do Parlamento Jovem de Minas**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2017. (Coleção: Vamos falar sobre... Parlamento Jovem Minas - 1). Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/26352>. Acesso em: 10 set. 2022.

COSSON, Rildo. Parlamento Jovem: o RPG Educativo da democracia. In: **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Cap. 3. (Série Colóquios de Excelência).

COSSON, Rildo. Dois modelos de Parlamento Jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político, **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, n.3, nov. 2009. Disponível em: https://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/25. Acesso em: 10 set. 2022.

COSTA, Cláudia Sampaio. Construção coletiva: interiorização faz parte do esforço de interlocução com a sociedade e de fortalecimento da democracia. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 39, p. 58-65, jan./dez. 2005.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel A. **Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem Mineiro**. Trabalho apresentado a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (ANPOCS), 2011. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt02-24/850-confianca-institucional-e-informacao-politica-as-bases-cognitivas-da-mudanca-atitudinal-dos-participantes-do-parlamento-jovem-mineiro/file>. Acesso em: 25 set. 2022.

GARCIA, Jurani. O passo-a-passo de um seminário legislativo, **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 41, p. 19-20, jan./dez. 2008.

GONÇALVES, Guilherme Q. **O Parlamento Jovem como política pública: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MEDEIROS, Regina de Paula. Desafios da formação política de jovens. In: MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (Orgs). **Educação Política de Jovens: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.



MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (Orgs). **Educação Política de Jovens: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Assembleia Informa**, Belo Horizonte, ano 13, n. 2.521, set. 2004. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/12493/1/n.2521.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Programa Parlamento Jovem de Minas. **Documento Final de Proposições**, Belo Horizonte, 2004a. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2004/docs/pj2004_docfinal.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação. **Notas Taquigráficas da 44ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura**, 17 set. 2004, 80p. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2004/docs/pj2004_notas.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

PRATA, Nilson Vida. Informação, democracia e poder legislativo: a dimensão informacional do processo de participação política dos cidadãos, **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.11, n.17, jul./dez. 2009.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022.

SIQUEIRA, Mariana Rodrigues. Mudanças de atitudes políticas de jovens no contexto de projetos de educação cívica: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2014. **Anais [...]**. Brasília: ABCP, 2014.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio; JUNQUEIRA, Karina. Desafios para a formação política de jovens no projeto "Parlamento Jovem de Minas" a partir de uma metodologia em rede, **Conecte-se: Revista Interdisciplinar de Extensão**, n.1, v.1, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/16160>. Acesso em: 10 out. 2022.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. Perfil dos participantes da etapa estadual do Projeto Parlamento Jovem de Minas 2017. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v.14, n.19, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/17877/13304>. Acesso em: 10 out. 2022.



TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio; FERREIRA, Júnia Aparecida. **Metodologias ativas para a educação política de jovens:** a proposta e a prática no Parlamento Jovem de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2020. (Vamos falar sobre... Parlamento Jovem Minas; n. 2). Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/40310/1/vamos-falar-sobre-pj-volume2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.